

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2014

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A BB Seguros, registrada sob o CNPJ 11.159.426/0001-09, com sede e foro na cidade de Brasília – DF, é uma subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade"), tendo como objeto social a participação em sociedades seguradoras, de capitalização, de entidades abertas de previdência complementar e que operam planos privados de assistência saúde.

O capital social da BB Seguros é de R\$ 3.214 milhões (R\$ 3.103 milhões em 2013) dividido e representado por 278.862.835 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, detidas, integralmente, pela BB Seguridade. O crescimento do Capital Social deve-se à incorporação de reservas realizada pela companhia. A quantidade de ações não sofreram alterações no exercício.

A BB Seguros encerrou o exercício de 2014 com a seguinte estrutura societária:

Participações	Atividade	Participação em 31.12.2014
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Seguros	74,990%
Mapfre BB SH2 participações S.A.	Seguros	50,000%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Previdência	74,995%
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	66,660%
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Resseguro	20,430%
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Odontológico	74,999%

Em 2014, a BB Seguros apresentou receitas operacionais no valor de R\$ 2.228 milhões, representando um incremento de 38,0% sobre o exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 2.201 milhões, 39,5% superior a 2013.

Brasília, 2015.
A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		R\$ mil	
	Nota	Exercício/2014	Exercício/2013
Receitas Operacionais		2.190.540	1.560.994
Resultado de participações em controladas e coligadas	[8.a]	2.190.540	1.560.994
Outras receitas/(despesas) operacionais		(6.040)	(309)
Despesas de pessoal	[11.a]	(1.074)	(4.337)
Outras despesas administrativas	[11.b]	(269)	(1.117)
Despesas tributárias	[14.g]	(2.667)	(1.542)
Outras receitas/(despesas) operacionais	[11.c]	(2.030)	6.687
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		2.184.500	1.560.685
Resultado financeiro	[12]	34.551	34.570
Receitas financeiras		53.468	48.152
Despesas financeiras		(18.917)	(13.582)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.219.051	1.595.255
Imposto de Renda e Contribuição Social	[14.e]	(17.746)	(17.459)
Lucro líquido		2.201.305	1.577.796
Número de ações		278.862.835	278.862.835
Lucro por ação em (R\$)		7,89	5,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		R\$ mil	
		Exercício/2014	Exercício/2013
Lucro líquido		2.201.305	1.577.796
(+) Marcação a Mercado reflexa de TVM		2.275	(21.762)
Resultado abrangente do exercício		2.203.580	1.556.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE		610.872	613.230
Caixa e equivalentes de caixa	[6]	601.370	565.621
Ativos por impostos correntes	[14.a]	9.502	12.116
Outros ativos	[7]	--	35.493
NÃO CIRCULANTE		7.270.198	6.229.612
Ativos por impostos diferidos	[14.b]	3.052	3.052
Investimentos em participações societárias	[8.a]	7.267.146	6.226.560
TOTAL DO ATIVO		7.881.070	6.842.842

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.219.051	1.595.255
Ajustes ao lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.190.540)	(1.560.994)
Outras receitas/(despesas)	9.980	(4.163)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	38.491	30.098
Variações Patrimoniais		
Aumento/(redução) em impostos correntes	6.360	(7.248)
Aumento/(redução) passivos por impostos diferidos	--	4.323
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(4.301)	(6.498)
Aumento/(redução) em outros passivos	1.395	(494)
(Aumento)/redução em outros ativos	--	(293)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	41.945	19.888

FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Dividendos recebidos de controladas e coligadas	1.182.705	1.346.421
Aquisição de participação societária em coligada	(3.748)	(547.409)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.178.957	799.012

FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Dividendos pagos	(1.185.153)	(951.179)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.185.153)	(951.179)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	35.749	(132.279)
Início do exercício	565.621	697.900
Fim do exercício	601.370	565.621
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.749	(132.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31.12.2012	3.103.201	113.562	2.379.873	6.693	--	5.603.329
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial	--	--	--	(21.762)	--	(21.762)
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	1.577.796	1.577.796
Destinações:						
Reservas	--	78.890	921.731	--	(1.000.621)	--
Dividendos (R\$ 1.210,62 por lote de mil ações)	--	--	(600.000)	--	(577.175)	(1.177.175)
Saldos em 31.12.2013	3.103.201	192.452	2.701.604	(15.069)	--	5.982.188
Mutações do Exercício	--	78.890	321.731	(21.762)	--	378.859
Saldos em 31.12.2013	3.103.201	192.452	2.701.604	(15.069)	--	5.982.188
Aumento de capital	110.334	(110.334)	--	--	--	--
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial	--	--	--	2.275	--	2.275
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	2.201.305	2.201.305
Destinações:						
Reservas	--	110.065	518.656	--	(628.721)	--
Dividendos (R\$ 4.290,74 por lote de mil ações)	--	--	--	--	(1.572.584)	(1.572.584)
Saldos em 31.12.2014	3.213.535	192.183	3.220.260	(12.794)	--	6.613.184
Mutações do Exercício	110.334	(269)	518.656	2.275	--	630.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguros Participações S.A., (denominada BB Seguros) é uma sociedade controlada pela BB Seguridade Participações S.A. (Controlada direta do Banco do Brasil S.A.) constituída em 30.09.2009, a partir da cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos. Atualmente, detém participações societárias nas seguintes empresas: Brasilcap Capitalização S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Capitalização S.A., IRB Brasil Resseguros S.A., Brasil Dental Operadora de planos odontológicos S.A., e nas holdings de participação BB Mapfre SH1 Participações S.A. e Mapfre BB SH2 Participações S.A. Tem por objeto a prática de operações de participação em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e sociedades que operam planos de assistência à saúde.

A BB Seguros, inscrita sob o CNPJ 11.159.426/0001-09, é sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB Brasil Re)

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações S.A. e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB Brasil Re detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre BB Seguros, União, Bradesco Auto Re – Companhia de Seguros S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB Brasil Re por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB Brasil Re envolveu as seguintes etapas:

- conversão das ações preferenciais do IRB Brasil Re em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* a ser detida pela União (com direito a veto em determinadas deliberações); e;
- aumento do capital social do IRB Brasil Re por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para homologação do aumento de capital do IRB Brasil Re, a qual era condição precedente para o pagamento, pela BB Seguros, da aquisição das ONs.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,51% do capital do IRB Brasil Re por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União conforme demonstrado a seguir:

Valor Justo dos Ativos e Passivos do IRB Brasil Re

	R\$ mil
	30.09.2013
Caixa e depósitos bancários	15.541
Ativos financeiros	5.465.934
Ativo imobilizado	168.898
Intangíveis identificados	127.236
Ativos por impostos correntes	27.742
Ativos por impostos diferidos	236.626
Operações com seguros e resseguros	2.515.534
Outros ativos	4.362.013
Valor justo dos ativos	12.919.524
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	278.239
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	7.523.585
Passivo por impostos correntes	73.011
Passivo por impostos diferidos	54.657
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.568.776
Outros passivos	716.068
Valor justo dos passivos	10.214.336
Valor justo dos ativos líquidos	2.705.188
Participação da BB Seguros - %	20,51%
Participação da BB Seguros	554.853
Preço pela aquisição das ações (20,51%)	(547.409)
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(7.444)

Ativos Intangíveis Identificados na Transação

	R\$ mil
	30.09.2013
Relacionados à carteira de clientes	119.030
Marca	8.206
Total	127.236

Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados no estudo de alocação do preço pago (PPA), elaborado por empresa especializada e independente. No exercício de 2014, os valores amortizados totalizaram R\$ 4.299 mil.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE), em 16.04.2013, e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 16.09.2013.

Tendo em vista a essência da operação e as condições contratuais, analisamos as normas contábeis vigentes com a finalidade de identificarmos o pronunciamento contábil aplicável para essa operação. Nesse sentido, observamos que a compra das ações do IRB Brasil Re caracteriza-se como um investimento em coligada, dada influência significativa pela BB Seguros.

Em 29.12.2014, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a reforma do Estatuto Social para alterar o número de ações de 1.035.863 para 1.040.000, de modo a contemplar, também, o quantitativo de 4.337 ações em tesouraria. Dessa forma, a BB Seguros passou a deter uma participação de 20,43% no IRB.

Na mesma data foi realizado o desdobramento das ações emitidas pelo IRB Brasil Re, na proporção de 300 ONs para cada atual ON, sem modificação do valor do capital social. Diante disso, o total de ações do IRB Brasil Re é de 312.000.000 e a BB Seguros passou a deter 63.726.600 ONs de emissão do IRB Brasil Re, sem alteração no percentual de participação.

b) Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ("Brasilidental")

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil S.A., a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, denominada Brasilidental, desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional.

A Brasilidental foi constituída em 12.03.2014, seu capital social total é de R\$ 5 milhões, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

	Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.		
	% do Capital Total	% ON	% PN
BB Seguros	74,99	49,99	100,00
Odontoprev	25,01	50,01	--

Do capital social total da Brasilidental, foram integralizados R\$ 1 mil na data de constituição da companhia e R\$ 4.999 mil, no dia 15.04.2014, sendo que a BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasilidental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou a participação indireta do Banco do Brasil S.A. no capital da Brasilidental. Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO) e, em 07.07.2014 e 05.08.2014, a autorização para funcionamento e o registro dos planos odontológicos a serem comercializados, respectivamente, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

c) Reorganização Societária – Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A.. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A.. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 mil para a Mapfre Affinity Seguradora S.A..

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

d) Incorporação da BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização verificado no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2014

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da BB Seguros em 23.02.2015.

b) Dispensa de Consolidação

Tendo em vista que o controlador imediato, BB Seguridade Participações S.A., e também o controlador final, Banco do Brasil S.A., disponibilizam ao público suas demonstrações consolidadas incluindo a BB Seguros e suas investidas, a BB Seguros optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

c) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da empresa operar normalmente e está convencida de que a BB Seguros possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, os quais foram mensurados a valor justo.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da BB Seguros. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A BB Seguros não realizou operações em moeda estrangeira.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB Seguros são aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As receitas de investimentos em participações societárias oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguros nos resultados gerados pelas investidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

c) Instrumentos financeiros

A BB Seguros classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza e sua intenção em relação ao instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a BB Seguros se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir.

c.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; ou (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

A BB Seguros somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se a Empresa tiver a intenção e habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em ganhos/perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros registrados nessa categoria referem-se a títulos e valores mantidos com o propósito de negociação.

c.2) Ativos financeiros disponíveis para venda – A BB Seguros classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação. Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como ganhos/perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Os ativos financeiros disponíveis para a venda são avaliados para fins de determinação de seus valores recuperáveis conforme discutido na seção “Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros – Imparidade”. As perdas por redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, em Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, e baixadas dos valores registrados em Outros resultados abrangentes acumulados.

c.3) Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Os ativos financeiros para os quais a BB Seguros tem a firme intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Em conformidade com o CPC 38, a BB Seguros não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois que a BB Seguros tiver substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto pela entidade.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

c.4) Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, a BB Seguros estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais exista um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização ajustados.

Os referidos modelos são ajustados para capturar a variação dos preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e de liquidez e, principalmente, para suprir as limitações teóricas inerentes aos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são registrados no Balanço Patrimonial ao valor justo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

d) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

d.1) Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a Empresa transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo a BB Seguros tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Seguros continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro é considerado como apresentando problemas de recuperabilidade e as perdas por redução no valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução no valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, a BB Seguros usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações financeiras e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

e.1) Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, a BB Seguros avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de imparidade de um ativo financeiro, verifica-se a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um balanço no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em Outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pela BB Seguros será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do exercício como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do exercício será registrada em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo desvalorizado e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado.

As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido quando se tratarem de investimentos em instrumentos de patrimônio. No caso de investimentos em instrumentos de dívida, a reversão da perda por redução no valor recuperável será reconhecida diretamente no resultado do exercício.

e.2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de redução no valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, se reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por imparidade. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do exercício.

f) Mudança de participação societária em subsidiárias

As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

g) Perda de controle

Em conformidade com o CPC 36, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, a BB Seguros deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, a BB Seguros reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuído à controladora.

h) Contribuições não monetárias a entidades controladas em conjunto

Em conformidade com o CPC 18, quando a BB Seguros contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida em que os ativos forem vendidos para os outros empreendedores. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se (i) os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos não foram transferidos, (ii) o ganho ou a perda não possa ser mensurado de forma confiável, ou (iii) a transação não tenha substância comercial.

i) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado em aquisição é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com o CPC 04, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para a BB Seguros. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas.

Avalia-se ainda, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de Outras despesas.

k) Investimentos em participações societárias

A aplicação do método de equivalência patrimonial pressupõe que o investimento seja mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do período do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida. As atividades operacionais da BB Seguros seguem as orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os ajustes de diferenças de GAAP consistem na amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida e a reversão da provisão complementar de prêmios (PCP).

l) Impostos sobre os lucros

l.1) Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses e os ativos por impostos diferidos são os valores a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, serem reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço, reconhecidos no ativo/passivo não circulante.

l.2) Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduzirá o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

l.3) Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado aquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

l.4) Compensação de impostos sobre os lucros – Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

m) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido. Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

n) Gerenciamento de Riscos

A BB Seguros apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de mercado, Risco de liquidez e Risco operacional. Os instrumentos financeiros da BB Seguros encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelos saldos de aplicações financeiras, dividendos a receber, impostos a compensar, contas a pagar, encargos a recolher e dividendos a pagar.

Adicionalmente, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de seus investimento em empresas dos ramos de seguros, resseguros, previdência e capitalização. Neste contexto, há uma uniformidade entre as práticas entre as empresas investidas a fim de assegurar critérios consistentes na gestão desses riscos como um todo, incluindo a indicação de representantes em comitês voltados à gestão financeira e de riscos do Conglomerado.

Risco de Subscrição: a exposição ao risco de subscrição ocorre indiretamente em razão das atividades operacionais de suas coligadas nos segmentos de seguros (BB MAPFRE SH1 e MAPFRE BB SH2), de previdência complementar aberta (Brasileprev), de capitalização (Braslicap) e resseguros (IRB Brasil RE).

No mercado de seguros, em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, as seguradoras entendem que o principal risco transferido para elas é decorrente de sinistros avisados e dos pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excederem o valor dos passivos dos contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. Para reduzir esses riscos, são utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

No mercado de resseguros, como forma de reduzir a exposição, o IRB Brasil RE trabalha com um portfólio diversificado de carteiras de resseguros, contando com monitoramento da evolução dos riscos, acompanhamento das provisões técnicas e revisão constante das premissas atuariais e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos. Além disso, o IRB Brasil RE utiliza a retrocessão como técnica de transferência de riscos a outros resseguradores, com a finalidade de mitigar e controlar o risco de subscrição.

No mercado de previdência, a Brasilprev monitora o risco de longevidade, adotando, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Companhia, e gerencia os riscos associados ao cancelamento antecipado de planos. Na Capitalização, a subscrição decorre do risco de sorteios a realizar e da garantia de resgate pelo cliente conforme condições do produto, ambos tratados durante o processo de desenvolvimento e ao longo de toda a vida dos produtos.

As provisões técnicas das sociedades operacionais vinculadas à BB Seguros são calculadas de acordo com notas técnicas e normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Risco de crédito: consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias. A exposição a riscos de crédito decorre principalmente de aplicações financeiras realizadas no mercado, em operações de resseguros (risco de contraparte) e prêmios a receber de clientes. Considerando as características do portfólio de negócios do Conglomerado e o perfil da carteira de clientes, a administração entende que o risco de crédito está presente de forma mais intensa nas aplicações financeiras e nas operações de resseguros.

A exposição ao risco de crédito referente a prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Ademais, há risco de crédito associado à contraparte em operações de resseguros, este gerenciado por meio de rígidas regras de cessão, limites de exposição consolidados para cada negócio, limites de cessão por *rating* e limites de crédito por ressegurador, respeitando-se ainda os limites regulatórios.

Em relação aos investimentos financeiros, priorizam-se as contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito, com posições concentradas predominantemente no risco do tesouro nacional e, em menor escala, em risco privado mantido com contrapartes com bom risco de crédito.

Risco de mercado: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações, dos índices de inflação e dos preços de mercadorias (*commodities*). O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A gestão dos riscos de mercado é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade à moeda estrangeira, índice de preços e taxas de juros, cálculo do *Value at Risk* (VaR), dentre outras.

Parte dos Ativos expostos a taxas de juros pré-fixadas encontra-se protegida contra variações de mercado por operações com derivativos para fins de *hedge*, minimizando a exposição da carteira aos fatores de riscos de mercado.

Risco de liquidez: consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

Risco operacional: Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, exceto aqueles relacionados a riscos de mercado, crédito e de subscrição. A gestão dos riscos operacionais é realizada com foco no controle, monitoramento e redução das ameaças, externas e internas, dos objetivos estratégicos e das operações.

Dessa forma, as sociedades mantêm atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Ferramentas e metodologias específicas são utilizadas para identificar previamente os fatores de riscos, que são classificados e acompanhados periodicamente.

As práticas apresentadas de gerenciamento de riscos adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias.

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2014

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

p) Sazonalidade das operações

A BB Seguros, suas empresas controladas e controladas em conjunto consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração as atividades exercidas pela BB Seguros. Conseqüentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2014.

5 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguros e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas, quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – Imparidade

Considera-se que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual se avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote premissas.

d) Impostos sobre os lucros

Como o objetivo social da BB Seguros é obter lucros, a renda gerada está sujeita ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB Seguros no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB Seguros, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB Seguros possui expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB Seguros é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB Seguros para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB Seguros que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como (i) mudanças na regulamentação governamental afetas a questões fiscais; (ii) alterações nas taxas de juros; (iii) mudanças nos índices de inflação; (iv) processos ou disputas judiciais adversas; (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento; (vi) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades		
Depósitos bancários	4	1
Aplicações de liquidez imediata ⁽¹⁾	601.366	565.620
Total	601.370	565.621

(1) Aplicação em operações compromissadas lastreadas por LFT, junto ao Banco do Brasil S.A., com taxa de remuneração indexada a 99% da TMS.

7 – OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Dividendos ⁽¹⁾	--	35.408
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾	--	85
Total	--	35.493

(1) Em 2013 referem-se aos dividendos a receber da Brasilcap Capitalização S.A. (R\$ 22.035 mil), Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (R\$ 11.269 mil), IRB Brasil Resseguros S.A. (R\$ 2.054 mil) e BB Capitalização S.A. (R\$ 50 mil).

(2) Referem-se aos direitos creditórios relativos ao Convênio DPVAT a receber da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em decorrência da alienação da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

8 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Movimentações em controladas e coligadas

	R\$ mil					
Saldo Contábil	Movimentações – Exercício 2014				Saldo Contábil	
	Dividendos/JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Eventos	Resultado de Equivalência		
31.12.2013					31.12.2014	
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	2.446.357	(632.091)	(1.398)	--	972.851	2.785.719
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	1.868.785	--	2.116	--	137.359	2.008.260
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	1.062.519	(348.006)	414	--	742.118	1.457.045
IRB Brasil Resseguros S.A.	552.960	(60.364)	1.144	--	123.932	617.672
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽³⁾	290.429	(109.865)	--	--	216.153	396.717
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ⁽⁴⁾	--	--	--	3.748	(2.015)	1.733
BB Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	5.510	(79)	--	(5.573)	142	--
Total das Participações	6.226.560	(1.150.405)	2.276	(1.825)	2.190.540	7.267.146

(1) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2014 o saldo de R\$ 693.836 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.
 (2) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2014 o saldo de R\$ 97.704 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.
 (3) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2014 o saldo de R\$ 110.749 mil relativo ao ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.
 (4) Investimento constituído em 12.03.2014, mediante acordo, conforme descrito na Nota 2.
 (5) Investimento incorporado pela BB Seguros Participações S.A. em 28.11.2014, conforme descrito na Nota 2.

	R\$ mil					
Saldo Contábil	Movimentações – Exercício 2013				Saldo Contábil	
	Dividendos/JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Eventos	Resultado de Equivalência		
31.12.2012					31.12.2013	
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	2.674.815	(958.373)	(14.140)	2.856	741.199	2.446.357
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	1.679.323	--	(5.139)	--	194.601	1.868.785
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	799.019	(180.512)	31	--	443.981	1.062.519
IRB Brasil Resseguros S.A.	552.960	(57.153)	(2.509)	554.853	57.769	552.960
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽³⁾	232.386	(65.362)	--	--	123.405	290.429
BB Capitalização S.A.	5.521	(50)	--	--	39	5.510
Total das Participações	5.391.064	(1.261.450)	(21.757)	557.709	1.560.994	6.226.560

(1) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 693.836 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.
 (2) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 97.704 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.
 (3) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 110.749 mil relativo ao ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

b) Informações financeiras resumidas das investidas, não ajustadas pelo percentual de participação da BB Seguros (31.12.2014)

	R\$ mil					
Empresas	Ativo Total	Passivo Total	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado do Período
				Receitas		
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	2.793.250	2.995	2.050.198	2.790.255	1.346.060	1.339.553
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	2.994.214	1.558	1.968.380	2.992.656	307.670	303.517
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	114.543.978	112.570.681	602.955	1.973.297	29.460.535	987.297
IRB Brasil Resseguros S.A.	12.957.692	9.975.319	1.453.080	2.982.373	6.260.794	602.190
Brasilcap Capitalização S.A.	13.000.125	12.571.130	111.264	428.995	2.283.173	324.262
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	2.759	446	5.000	2.313	292	(2.687)
BB Capitalização S.A.	5.627	54	5.400	5.573	516	142
Total	146.297.645	135.122.183	6.196.277	11.175.462	39.659.040	3.554.274

c) Descrição do contexto operacional das investidas (31.12.2014)

Segmento/Ramo de atuação	Descrição	% de participação	
		31.12.2014	ON
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	74,99	49,99
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	50,00	49,00
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	74,99	49,99
Brasilcap Capitalização S.A.	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	66,66	49,99
IRB Brasil Resseguros S.A.	Atuação no segmento de resseguros no país e no exterior.	20,43	20,43
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Comercialização de planos odontológicos	74,99	49,99
BB Capitalização S.A. ⁽¹⁾	Emissão e comercialização de planos de capitalização na forma da legislação vigente.	--	--

(1) Empresa incorporada pela BB Seguros Participações S.A. em 28.11.2014.

9 – DIVIDENDOS A PAGAR

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Dividendos a pagar ⁽¹⁾	979.267	577.175

(1) Dividendos a pagar à BB Seguridade Participações S.A.

10 – OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Valores a pagar a sociedades ligadas	62	239
Provisão para passivos contingentes	2.318	752
Diversos	2.862	2.856
Total	5.242	3.847

Provisão para passivos contingentes

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	752	--
Constituição ⁽¹⁾	2.300	848
Reversão de provisão	(734)	(65)
Baixa por pagamento	--	(31)
Saldo final	2.318	752

(1) Litígios quanto ao pagamento de sinistros e aplicabilidade do código de defesa do consumidor.

Passivos contingentes possíveis

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis são os seguintes:

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis ⁽¹⁾	392	534
Total	392	534

(1) Litígios quanto ao pagamento de sinistros e aplicabilidade do código de defesa do consumidor.

11 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
Proventos	(574)	(2.533)
Encargos Sociais	(316)	(1.500)
Honorários do Conselho Fiscal	(157)	(177)
Benefícios	(27)	(127)
Total	(1.074)	(4.337)

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
Comunicações	(91)	(245)
Contribuição Sindical Patronal	(80)	(77)
Serviços de Terceiros	(19)	(382)
Propaganda e Publicidade	(18)	(9)
Serviços Técnicos Especializados	(15)	--
Transportes	(10)	(14)
Publicações	--	(299)
Outras	(36)	(91)
Total	(269)	(1.117)

c) Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
Deságio sobre investimento - IRB	--	7.444
Reversão Passivos Contingentes	734	97
Contingências Ativas - MNCVP	271	--
Passivos Contingentes - Demandas Cíveis	(2.300)	(849)
Contingências - MNCVP	(715)	--
Outras	(20)	(5)
Total	(2.030)	6.687

12 – RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
Receitas Financeiras	53.468	48.152
Rendas de aplicações de liquidez imediata	51.666	45.136
Variações monetárias ativas	1.802	3.016
Despesas Financeiras	(18.917)	(13.582)
Variação monetária passiva	(18.917)	(13.582)
Resultado Financeiro	34.551	34.570

13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, no montante de R\$ 3.213.535 mil (R\$ 3.103.201 mil em 31.12.2013) está dividido em 278.862.835 ações ordinárias (278.862.835 em 31.12.2013), representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R\$ 6.613.183 mil (R\$ 5.982.188 mil em 31.12.2013) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 23,71 por ação (R\$ 21,45 por ação em 31.12.2013).

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Reservas de Lucros	3.412.443	2.894.056
Reserva Legal	192.183	192.452
Reserva Estatutária	3.220.260	2.701.604

A Reserva Legal foi constituída respeitando o limite de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitada a 20% do capital social, conforme determina a Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo negativo registrado na conta de outros resultados abrangentes acumulados no montante de R\$ 12.794 mil (R\$ 15.069 mil negativo em 31.12.2013) refere-se à marcação a mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda e aos outros resultados abrangentes das investidas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Mapfre BB SH2 Participações S.A. e IRB Brasil Resseguros S.A.

d) Dividendos e destinação do lucro líquido

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2014

c) Passivos por impostos correntes e diferidos

	31.12.2014	31.12.2013
Passivos por impostos correntes	9.401	5.655
Passivos por impostos diferidos ⁽¹⁾	273.977	273.977
Total	283.378	279.632

(1) Corresponde, principalmente, ao passivo fiscal diferido decorrente de deságio sobre o investimento no IRB realizado em 2013 (R\$ 2.531 mil) e da parceria com a Mapfre registrada em 2012 (R\$ 262.882 mil).

d) Passivo Fiscal Diferido

	Exercício/2014	Exercício/2013
Imposto de Renda	266.474	266.474
Contribuição Social	7.503	7.503
Total	273.977	273.977

e) Demonstração da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Exercício/2014	Exercício/2013
Valores Correntes	(17.746)	(16.437)
IRPJ e CSLL no país	(17.746)	(16.437)
Valores diferidos	--	(5.019)
Passivo fiscal diferido	--	(5.019)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.746)	(21.456)

f) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2014	Exercício/2013
Resultados antes dos tributos e participações	2.219.051	1.595.255
Encargo total do IRPJ (25%) e da CSLL (9%)	(754.477)	(542.387)
Resultado da participação em controladas e coligadas	735.859	530.738
Outros valores	872	(5.810)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(17.746)	(17.459)
Alíquota efetiva	0,80%	1,09%

g) Despesas tributárias

	Exercício/2014	Exercício/2013
Cofins	(2.015)	(1.247)
PIS/Pasep	(438)	(271)
IOF	(210)	(24)
Outras	(84)	(77)
Total	(2.747)	(1.619)

h) Lei nº 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei nº 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória nº 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva a Empresa aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. A BB Seguros não exerceu a opção pela sua aplicação no exercício de 2014 e observará a aplicação dos seus dispositivos a partir do exercício de 2015.

15 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com as remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Seguros foram de R\$ 157 mil (R\$ 177 mil no exercício/2013).

As transações bancárias no exercício de 2014 foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras, bem como celebrou convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A BB Seguros não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

A relação de suas participações em empresas controladas e coligadas está demonstrada na nota 8.c.

a) Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Seguros com as partes relacionadas em 31.12.2014 e 31.12.2013, e seus respectivos resultados nos exercícios de 2014 e 2013:

	31.12.2014			
	Controlador Final ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Coligada ⁽³⁾	Total
Ativos				
Disponibilidades	4	--	--	4
Aplicações de liquidez imediata	601.366	--	--	601.366
Dividendos a receber	--	--	--	--
Passivos				
Dividendos a pagar	--	979.267	--	979.267
Valores a pagar a sociedades ligadas	62	--	--	62
Resultado – Exercício 2014				
Rendas de aplicações de liquidez imediata	51.666	--	--	51.666
Variações monetárias ativas e de dividendos	1.802	--	--	1.802
Despesas de pessoal	(1.074)	--	--	(1.074)
Despesas administrativas diversas	(269)	--	--	(269)
Variações monetárias passivas	--	(18.917)	--	(18.917)
(1) Controlador – O controle direto da BB Seguros foi alterado em 31.12.2012, passando do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. Entretanto, o Banco do Brasil S.A. continua sendo o controlador em última instância.				
(2) Controlador – BB Seguridade.				
(3) Empresas coligadas - Compreendem as empresas Brasilcap Capitalização S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Mapfre BB SH2 Participações S.A. e IRB Brasil Resseguros S.A., conforme descrito na nota 8.c.				

	31.12.2013			
	Controlador Final ⁽¹⁾	Controlador ⁽²⁾	Coligada e Controlada ⁽³⁾	Total
Ativos				
Disponibilidades	1	--	--	1
Aplicações de liquidez imediata	565.620	--	--	565.620
Dividendos a receber	--	--	35.408	35.408
Passivos				
Dividendos a pagar	--	577.175	--	577.175
Valores a pagar a sociedades ligadas	239	--	--	239
Resultado – Exercício 2013				
Rendas de aplicações de liquidez imediata	45.136	--	--	45.136
Variações monetárias ativas e de dividendos	3.016	--	--	3.016
Despesas de pessoal	(4.337)	--	--	(4.337)
Despesas administrativas diversas	(1.117)	--	--	(1.117)
Variações monetárias passivas	--	(13.582)	--	(13.582)
(1) Controlador – O controle direto da BB Seguros foi alterado em 31.12.2012, passando do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. Entretanto, o Banco do Brasil S.A. continua sendo o controlador em última instância.				
(2) Controladora – BB Seguridade.				
(3) Empresas coligadas - Compreendem as empresas Brasilcap Capitalização S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Mapfre BB SH2 Participações S.A. e IRB Brasil Resseguros S.A., controlada – BB Capitalização conforme descrito na nota 8.c.				

16 – REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 11.04.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. à BB Seguros, para o exercício de funções de nível Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando

a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Seguros de todos os custos correntes.

17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2014, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

A BB Seguros realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 para o ágio registrado de R\$ 110.749 mil, relativo à aquisição da totalidade das ações de propriedade da Sulacap na Brasilcap. Além do ágio, foram avaliados os investimentos em participações Societárias constantes de suas demonstrações financeiras. Tais empresas foram consideradas como unidades geradoras de caixa, e segmentos operacionais que divulgam informações. Considerou-se entre outros fatores, a relação entre o resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil.

Para a apuração do valor justo das empresas Brasilprev, Brasilcap e Grupo Segurador BB Mapfre foi utilizado o conceito de VP – Valor Presente, aplicando-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FDC). Tendo em vista que as empresas não possuem endividamento financeiro e geram valor, tanto pelo resultado de suas operações, quanto pela aplicação do caixa gerado pelas reservas técnicas legais, na avaliação foi adotada a abordagem do Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA), descontado ao custo do capital próprio de cada empresa. Nas projeções do FCLA foram consideradas as exigências de capital mínimo/margem de solvência definidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão regulador das empresas de seguros, previdência e capitalização que atuam no mercado brasileiro.

Grupo Segurador BB Mapfre

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Brasilprev

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do investimento registrado na BB Seguros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Brasilcap

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Principais premissas utilizadas nos testes de imparidade:

- Receitas e Custos: foi utilizada base histórica e expectativas de crescimento do mercado e segmento onde atuam, e de seu desempenho nesse mercado;
- Financeiro: projeção da rentabilidade média de 120% do CDI, condizente com o rendimento histórico apresentado pelas empresas;
- Capital Mínimo Requerido: para as empresas de seguros o órgão regulador determina exigências de Capital Mínimo. Os parâmetros utilizados no cálculo do CMR estimado para toda a projeção estão em conformidade com o estabelecido nas Resoluções do Conselho Nacional Seguros Privados vigentes na data da avaliação.
- Payout: foi considerada distribuição teórica de 100% do lucro líquido ajustado, após a constituição de reservas e provisões/retenções legais. Foram mantidas em todo o período as exigências de capital mínimo/ margem de solvência regulamentares;
- Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas efetivas de 25% para IR e 9% para CS, conforme previsto na legislação vigente;
- Perpetuidade: foi considerada a taxa de crescimento nominal de caixa (g) de 3,6% a.a., correspondente à expectativa de inflação futura de longo prazo. Essa premissa considera que no longo prazo não haverá incremento real nas receitas em razão da consolidação/estabilidade do mercado brasileiro de seguros;
- Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa projetados, utilizou-se a metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que o fluxo utilizado foi o Fluxo de Caixa Livre do Acionista para Brasilprev, Brasilcap e Grupo Segurador BB Mapfre. O custo do capital próprio foi apurado pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos,
- Beta: Foi definido o beta de 1,043 a ser utilizado no cálculo do custo do capital próprio, correspondente ao beta do Banco do Brasil, acionista controlador, considerando um período de regressão de 60 meses, periodicidade diária, constante da base de dados da Bloomberg. Na adoção do beta do controlador como parâmetro levou-se em consideração a influência direta nas decisões administrativas do controle acionário, além da dependência das empresas avaliadas na colocação de produtos por meio da utilização dos canais de distribuição disponibilizados pelo BB.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- Premissas de taxa de crescimento: o cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento.
- Margem de contribuição: uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, resultaria em prejuízo para aquela operação.

Visando estabelecer um intervalo de confiança para o valor base apurado na avaliação, foi construída uma matriz de possíveis valores para as empresas a partir de alterações nas taxas de desconto e crescimento do fluxo na perpetuidade. Foram consideradas variações de 0,5 (meio) ponto percentual para mais e para menos.

Individualmente, para as empresas BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev e Brasilcap, foram realizadas simulações considerando variações nos seguintes indicadores, tendo por base o desvio padrão da média de cada um deles nos dois últimos anos.

Empresa	Indicador	Intervalo
BB Mapfre SH1	Sinistralidade	± 3 pontos percentuais
Mapfre BB SH2	Sinistralidade	± 2 pontos percentuais
Brasilprev	Rendas e Contribuições PGBL e VGBL	± 5%
Brasilcap	% resgates	± 10 pontos percentuais

IRB

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos. Para a apuração do valor justo do IRB foi utilizado o conceito de VP – Valor Presente, aplicando-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Tendo em vista que a empresa também não possui endividamento financeiro e gera valor, tanto pelo resultado de suas operações, quanto pela aplicação do caixa gerado pelas reservas técnicas legais, na avaliação foi adotada a abordagem do Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA), descontado ao custo do capital próprio da empresa. Nas projeções do FCLA foram consideradas as exigências de capital mínimo/margem de solvência definidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão regulador das empresas de seguros e resseguros que atuam no mercado brasileiro.

Principais premissas utilizadas no teste de imparidade do IRB:

- Receitas: considerou-se market share de 35%, correspondente à média dos três anos anteriores a avaliação. Foi mantido durante a projeção o índice de penetração média do setor de resseguros em relação ao PIB;
- Despesas: foi utilizada média histórica verificada nos três últimos exercícios;
- Receitas Financeiras: foram adotados os seguintes parâmetros de remuneração: i) moeda nacional remunerada a 100% da TMS e; ii) moeda estrangeira foi mantida a remuneração de variação cambial + 0,22% a.a, conforme indicado nas DFs utilizadas na análise;
- Despesas Financeiras: i) administração dos fundos de investimentos: 1,31% a.a. sobre o saldo das aplicações nesses fundos, ii) operações de seguros: percentual equivalente a 50% da TMS e, iii) outras despesas financeiras: 0,29% dos prêmios líquidos emitidos (média dos últimos 3 anos);
- Capital Mínimo Requerido: para as empresas de resseguros o órgão regulador igualmente determina exigências de Capital Mínimo. Os parâmetros utilizados no cálculo do CMR estimado para toda a projeção estão em conformidade com o estabelecido nas Resoluções do Conselho Nacional Seguros Privados vigentes na data da avaliação;
- Payout: foi considerada distribuição teórica de 100% do lucro líquido ajustado, após a constituição de reservas e provisões/retenções legais. Foram mantidas em todo o período as exigências de capital mínimo/ margem de solvência regulamentares;
- Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas médias apresentadas durante os 3 (três) exercícios anteriores à avaliação;
- Perpetuidade: foi considerada a taxa de crescimento nominal dos fluxos de caixa (g) de 3,6% a.a., correspondente à expectativa de inflação futura de longo prazo. Essa premissa considera que no longo prazo não haverá incremento real nas receitas em razão da consolidação/estabilidade do mercado brasileiro de seguros/resseguros;
- Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa projetados, utilizou-se a metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que o fluxo utilizado foi o Fluxo de Caixa Livre do Acionista. O custo do capital próprio foi apurado pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos;
- Beta: Foi definido o beta de 0,74 a ser utilizado no cálculo do custo do capital próprio.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- Premissas de taxa de crescimento: o cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento;
- Sinistralidade: descolamento do índice de sinistralidade projetado resultaria em menor margem, ou até mesmo, em prejuízo para determinada operação.

Visando estabelecer um intervalo de confiança para o valor base apurado na avaliação, foi construída uma matriz de possíveis valores para as empresas a partir de alterações nas taxas de desconto e crescimento do fluxo na perpetuidade. Foram consideradas variações de 0,5 (meio) ponto percentual para mais e para menos.

Dada a relevância do impacto de variações na sinistralidade, foram realizadas simulações considerando a possibilidade de o referido indicador apresentar variação de 5%, equivalente a 3 (três) pontos percentuais para mais e para menos, mantidos os mesmos parâmetros de variação nas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da BB Seguros Participações S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Seguros é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Seguros para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Seguros. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da BB Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Brasília, 23 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela KPMG Auditores Independentes e no seu parecer, emitido em 23 de fevereiro de 2015, sem ressalvas, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2015.

Marco Antonio de Oliveira

Conselheiro

Expedito Afonso Veloso

Conselheiro

Pricilla Maria Santana

Presidente

DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcelo Augusto Dutra Labuto

DIRETORES

Ângela Beatriz de Assis

CONSELHO FISCAL

Marco Antonio de Oliveira

Expedito Afonso Veloso

Pricilla Maria Santana

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87